

CBIC Hoje

CBIC 60
Anos
Informativo Diário da
Indústria da Construção

ACESSE O SITE

CBIC MAIS

SEGURO
DFI

Seguro DFI com as
melhores condições é só
com o Convênio de Seguros!



Garantidora:
essor
seguros

CONVÊNIO DE
SEGUROS
CGEO
GRANDE SÃO PAULO

'NA CONSTRUÇÃO, ROUBAM TUDO, DE TORNEIRA A VASO SANITÁRIO'



Foto: PiniWEB

Matéria publicada nesta terça-feira (15/08), no *Estadão*, destaca o resultado de invasões ocorridas em empreendimentos imobiliários de empresas do setor da construção de São Paulo e do Rio Grande do Sul. De acordo com a matéria, em menos de um ano, dois empreendimentos da Construtora Coelho Engenharia de Mauá, na Grande São Paulo, foram invadidos. A ação durou apenas quatro horas, mas o suficiente para quebrarem várias portas e janelas do residencial do

Minha Casa Minha Vida. Em Porto Alegre (RS), a invasão já dura dez meses no Residencial Porto Novo. “São regiões um pouco mais afastadas, próximo de moradias irregulares. Conforme vamos concluindo os imóveis, alguns grupos se acham no direito de invadir e destruir tudo”, diz o diretor comercial da construtora, Argemiro Jonas da Silva. A Caixa, responsável pelo programa, afirma que já entrou com pedido de reintegração de posse. “Quando sair a decisão e as pessoas forem retiradas, vamos ter de refazer quase tudo”, diz Silva.

Nos dois locais, havia vigia 24 horas por dia, porteiro e seguro de alguns materiais. Ainda assim, os prejuízos são grandes. Ele conta que essas foram as primeiras invasões que a empresa sofreu. Antes disso, no entanto, era comum roubo de materiais. “Já roubaram de tudo: janela, torneira e vaso sanitário. O detalhe é que tudo estava instalado.” **Clique aqui** para acessar a íntegra da matéria no O Estadão.

(Com informações do O Estadão)

SEGURO
MIP
HABITACIONAL

É a proteção que o seu negócio de venda na planta precisa!

CONSULTE-NOS >>

Garantidora:

ZURICH

CONVÊNIO DE SEGUROS

GEO
gestão imobiliária



Share



Tweet



Forward

FALTA DE SEGURANÇA AUMENTA CUSTO E DISTORCE DECISÕES DE INVESTIMENTOS



SONDAGEM ESPECIAL

Segurança

69

CNI

Confederação Nacional da Indústria
CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

Sondagem Especial sobre “Segurança”, divulgada nesta terça-feira (14/08) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), demonstra que os gastos crescentes com o quesito segurança têm impactado negativamente a competitividade das empresas brasileiras e elevado os custos de produção. Além dos custos diretos com essas infrações, a indústria também perde produtividade com o desvio de recursos produtivos para atividades de segurança privada e seguros. A falta de segurança também impacta decisões de investimento, prejudicando a economia brasileira como um todo.

De acordo com a pesquisa, uma em cada três empresas foi vítima de roubo, furto ou vandalismo em 2016. Entre as empresas que foram vítimas, uma em cada quatro teve perdas superiores a 0,5% do seu faturamento anual. Para a indústria como um todo (extrativa, transformação e construção), a perda com esses delitos representa cerca de 0,19% do faturamento bruto. Essa situação vem piorando nos últimos anos. Quase seis em cada dez empresários industriais apontam que, nos últimos três anos, os roubos, furtos e casos de vandalismo pioraram na região onde se localizam suas empresas. Além das perdas diretas com os crimes, mais da metade das empresas industriais ainda incorrem em custos com segurança privada e com seguros contra roubo e furto. Na média, a indústria brasileira depende de 0,34% do faturamento com segurança privada e 0,34% com seguros. Em 2016, a falta de segurança representou cerca de R\$ 27,1 bilhões para a indústria como um todo, somando as perdas com roubos, furtos e vandalismo com os gastos com seguro e segurança privada.

A incidência de crimes também distorce as decisões de investimentos, prejudicando a economia brasileira como um todo. Um em cada três empresários considera que a falta de segurança afeta muito ou moderadamente as decisões de investimento, em termos de localização da empresa. Pela pesquisa, entre as empresas do setor da construção, 38% sofreram roubo, furto ou vandalismo em 2016, com casos de roubo/furto em canteiros de obras (79% das empresas que foram vítimas em 2016). A Sondagem Especial – Segurança foi realizada no período de 3 a 17 de abril junto a 2.952 empresas, sendo 1.172 pequenas, 1.106 médias e 674 grandes.



Share



Tweet



Forward

BLUMENAU (SC) PARTICIPA DO DIA NACIONAL DA CONSTRUÇÃO SOCIAL NESTE SÁBADO



Cerca de dois mil trabalhadores de Blumenau e seus familiares terão uma programação especial para o próximo sábado (19/8), quando se comemora o Dia Nacional da Construção Social (DNCS). Blumenau é uma das 31 cidades do Brasil que aderem ao movimento, com uma programação gratuita e dedicada à integração e promoção da saúde dos trabalhadores da construção civil. Das 14h às 17h30, no Complexo Esportivo do Sesi, os inscritos poderão aproveitar serviços de saúde e beleza, atividades esportivas, sorteios de brindes, cabine fotográfica e alimentação gratuita. Para as crianças, haverá ainda show de mágica, atividades recreativas e simulação de prática e pilotagem de moto.

O evento, promovido pela CBIC e o Sesi Nacional, com apoio especial do Seconci Brasil, será realizado pelo Sindicato da Indústria da Construção de Blumenau (Sinduscon), Serviço Social da Indústria da Construção (Seconci) e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Blumenau (Siticom), com organização nacional da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). Em Santa Catarina, é realizado também nas cidades de Joinville e Brusque.

(Com informações do Sinduscon Blumenau)



Share



Tweet



Forward

CONSTRUÇÃO CIVIL INTENSIFICA APOIO À FORMAÇÃO DE GRUPOS REGIONAIS DE ACOMPANHAMENTO DE NORMAS

TÉCNICAS



No alto: Líder do GT de Acompanhamento de Normas Técnicas, Roberto Matozinhos. No centro: Salvador Benevides, superintendente do CB-02 e demais integrantes do GT de Normas Técnicas. / Foto: PH Freitas/CBIC

Para buscar o fortalecimento da participação do setor nos processos de normalização, a Comissão de Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade (COMAT) da CBIC está estimulando as entidades a criarem grupos regionais de acompanhamento e gestão de normas. O objetivo é unificar as análises dos estudos e melhorar a disseminação dos resultados no nível nacional. O assunto foi tema da pauta da reunião, na última sexta-feira (11), do Grupo de Acompanhamento de Normas Técnicas. A iniciativa conta com a correalização do Senai Nacional.

A iniciativa já era praticada em normas pontuais em algumas localidades como no

Sinduscon-Rio e tem se intensificado com a formação de grupos permanentes como o exemplo de sucesso da região de Balneário de Camboriú (BC), sob a coordenação do Sinduscon-BC, e participação atuante da academia. Também em Salvador, coordenado pelo Sinduscon-BA, em parceria com o Senai Regional.

Como parte das iniciativas de fortalecimento do setor na elaboração e revisão de normas de interesse da indústria da construção, os integrantes do Grupo trataram também dos requisitos necessários e processos estabelecidos para a participação remota das entidades nas comissões de estudo da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

“Estamos iniciando o acompanhamento das reuniões à distância. Ao iniciar o processo estamos conscientes que deverá ser gradual, o importante é começar”, disse o superintendente do Comitê Brasileiro da Construção Civil - CB 002, Salvador Benevides, percussor das reuniões remotas dos Comitês.

Na Circular 072/2017 enviada às entidades, na última quarta-feira (09), a COMAT/CBIC ressalta que a possibilidade de participação à distância nas reuniões constitui um resultado alcançado pelo setor e “uma oportunidade de protagonismo e fortalecimento à sua organização”.

Na ocasião, Salvador Benevides fez ainda um balanço das normas de desempenho que serão revisadas em 2018 no âmbito do CB-02.



Share



Tweet



Forward

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SUSTENTÁVEL E ESTRATÉGICO DE GOIÂNIA EMPOSSA NOVA DIRETORIA NA QUINTA-FEIRA (18/08)



O Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico de Goiânia (Codese) realiza na quinta-feira (17/08), às 18h, no auditório da Acieg, em Goiânia, sessão solene de posse da nova diretoria do Codese. Na ocasião será oficializada a entrega da “Carta de Navegação 2017/2020” ao prefeito Iris Rezende.

O Codese tem como uma de suas diretrizes elevar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Goiânia da 45ª posição para a 10ª. A cidade integra o projeto O Futuro da Minha Cidade, da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), correalizado com o Sesi Nacional e com patrocínio nacional da Caixa Econômica Federal, que tem como principal objetivo mobilizar a sociedade civil para ser protagonista na gestão das cidades, desenvolvendo soluções para a sustentabilidade urbana.



CONSELHO JURÍDICO DO SINDUSCON-SP LANÇA LIVRO EM COMEMORAÇÃO AOS 15 ANOS DE ATUAÇÃO NO SETOR



O Conselho Jurídico do SindusCon-SP lança nesta quarta-feira (16), a partir das 18h30, na livraria da Vila do Shopping JK, o livro "Conselho Jurídico SindusCon-SP – 15 Anos". A publicação reúne artigos de 19 integrantes do Conselho reconhecidos pelo profundo conhecimento jurídico sobre as questões atuais que afetam a construção civil nas áreas administrativa, imobiliário e contratos, processo civil, trabalhista e tributário. Entre os temas do Direito Imobiliário, são abordados a responsabilidade civil de incorporadoras e construtoras nas relações de consumo. O livro discute também as novas alternativas de solução de conflitos nos contratos imobiliários.

Figura na obra a iniciativa bem sucedida do SindusCon-SP contra a vinculação da expedição do Habite-se à certidão de quitação do ISS. São examinadas também controvérsias sobre incidências de tributos e o regime do lucro presumido no setor. Na área trabalhista, analisam-se a terceirização sob a perspectiva do STF e a nova legislação

sobre o tema.

Os artigos são de autoria dos advogados do Conselho Jurídico Alexandre Tadeu Navarro (coordenador), Daniel Gomes, Fernando Marcondes, Fernando Leira, Flávio Senra, José Carlos Puoli, Joselita Borba, Leonardo Silva, Marcos Araujo, Monica Porto, Olivar Vitale, Renato Romano, Ricardo Braga, Ricardo Campelo, Rodrigo Dias, Rodrigo Bicalho, Rodrigo Silveira, Rodrigo Campos e Thomaz Whately.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO VALIDOU A CLÁUSULA DE TOLERÂNCIA DE ATRASO DE 180 DIAS NA ENTREGA DE IMÓVEIS



O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ SP) validou no último dia 10/08 a cláusula de tolerância de atraso de 180 dias na entrega de imóveis. Na linha do que já vindo sendo decidido, exige-se apenas que a cláusula do contrato seja clara, expressa e inteligível. A decisão, aproveitando recente novidade da Lei Processual, confirma isso, com o objetivo de, mais rapidamente, atingir efeito vinculativo para os demais julgamentos – novos e em andamento. O SindusCon-SP participou do processo como Amicus Curiae (amigo da corte), levando argumentos favoráveis à indústria da construção.

Além da decisão já mencionada, o TJ SP definiu ainda que no caso de atraso de obra, ficam congelados os juros e a multa, mas a correção monetária deve ser aplicada (índice geral ou setorial, o que for mais benéfico ao consumidor). Além disso, não haverá condenação à devolução em dobro no caso de cobranças indevidas, salvo dolo ou má-fé da incorporadora. Nos casos Minha Casa, Minha Vida ou crédito associativo, é válida a

cláusula que estabeleça que o prazo de obra comece somente quando da obtenção do financiamento, desde que fique claro no contrato o prazo máximo para obtenção de financiamento.

Por fim, O TJ SP entendeu que a indenização por atraso de obra, além dos 180 dias, deve corresponder ao valor do aluguel do imóvel, que pode ser fixado por percentual do valor do contrato (não se definiu qual será o percentual, que será aplicado caso a caso, mas a base de cálculo será o valor atualizado do contrato e não o valor até então pago). A aplicação, ao incorporador, da multa estabelecida por atraso do adquirente não foi apreciada, tendo em vista a existência de recurso sobre esse tema no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Já a possibilidade de condenação ao pagamento de indenização por dano moral em razão de atraso de obra foi excluída do julgamento em razão da necessidade de apreciação casuística. As teses que foram fixadas devem ser respeitadas por outros julgadores de 1ª e 2ª instâncias em todo o estado de São Paulo.

(Com informações do Sinduscon-SP)



Share



Tweet



Forward



AGENDA



16 de agosto de 2017

Reunião do Fórum de Ação Social e Cidadania (Fasc)

Horário: 15h às 16h

(Via link)

24 de agosto de 2017

Workshop Técnico - Áreas Contaminadas

Horário: 8h às 13h

Local: Rua Dona Veridiana, 55, Santa Cecília - São Paulo - SP

Inscrições, clique aqui.



YouTube



Email



Website



Twitter



Facebook



Flickr



SoundCloud

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR TODAS AS EDIÇÕES DO CBIC HOJE



CBIC - Câmara Brasileira da Indústria da Construção | SBN - Quadra 01 - Bloco I - Edifício Armando Monteiro Neto - 4º Andar - CEP 70.040-913 - Brasília/DF | Tel.:(61) 3327-1013

[unsubscribe from this list](#) [update subscription preferences](#)

[Inscreva-se aqui para receber nossos informativos](#)